

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 521.773 - RS (2019/0207663-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : JOAO VIANEI WESCHENFELDER E OUTRO
ADVOGADOS : JOÃO VIANEI WESCHENFELDER - RS047098
PAULO CEZAR SABADIN - RS111829
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL
PACIENTE : CENAIR LUIS DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **CENAIR LUIS DOS SANTOS**, contra o v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul** no Agravo em Execução n. 0146129-03.2019.8.21.7000.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo da Execução, ao unificar as penas do paciente, considerou a data-base para a concessão de benefícios executórios a data do trânsito em julgado da última sentença penal condenatória (fls. 15-17).

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução, que foi julgado prejudicado pelo eg. Tribunal de origem, nos termos do v. acórdão de fls. 52-53, juntado com as informações, assim ementado:

"AGRAVO EM EXECUÇÃO. REITERAÇÃO DE RECURSO. Agravo sobre a mesma matéria já foi interposto no mesmo PEC, tratando da mesma discussão que ora se pretende debater. Matéria já preclusa. RECURSO PREJUDICADO."

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a Defesa sustenta, em síntese, que a decisão esta contrária ao novo entendimento desta Corte, a partir do julgamento do REsp n. 1.557.461.

Requer, ao final, a concessão da ordem, inclusive liminarmente,

Superior Tribunal de Justiça

para que altere a data-base para o dia da prisão.

O pedido liminar foi **indeferido** pela Presidência às fls. 45-46.

Informações prestadas às fls. 48-83.

O Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 88-91, pelo não conhecimento, mas se conhecido, pela concessão da ordem, em parecer com a seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. IMPOSSIBILIDADE. UTILIZAÇÃO INADEQUADA DO WRIT. NÃO CONHECIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA NO TRIBUNAL DE ORIGEM. NÃO EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. FIXAÇÃO DE NOVA DATA-BASE PARA FINS DE OBTENÇÃO DE FUTUROS BENEFÍCIOS. PLEITO PARA FIXAR A DATA-BASE COMO A DATA DA ÚLTIMA PRISÃO. ENTENDIMENTO FIRMADO NO RESP N. 1.557.461/SC, JULGADO PELA TERCEIRA SEÇÃO DO STJ. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO HABEAS CORPUS OU, SE CONHECIDO, PELA CONCESSÃO DA ORDEM."

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. No caso, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, contudo, necessário o exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

A Defesa pretende, em síntese, a concessão da ordem para afastar a alteração da data-base para novos benefícios em decorrência da unificação das penas, notadamente a fixação da data do trânsito em julgado da última sentença condenatória.

Para melhor delimitar a **quaestio**, transcrevo os seguintes trechos do v. acórdão impugnado (fl. 53 - grifei):

"Verifico que já foi discutida a matéria no presente PEC, em oportunidade na qual se encontrava sob a jurisdição da Comarca de Sarandi, ocasião em que a matéria foi decidida e precluiu, sequer tendo sido conhecido o agravo interposto intempestivamente, de n° 70081742207. Sendo assim, a alteração da data-base na ocasião da unificação das penas restou transitada em julgado.

Assim, como bem anotado pelo Magistrado da origem, a análise do pedido encontra-se prejudicada."

Destarte, da transcrição do trecho acima, verifica-se que o eg. Tribunal **a quo** sequer se manifestou acerca da matéria discutida na presente impetração, ficando impedida esta Corte de proceder a sua análise, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância.

Nesse sentido:

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. CUMPRIMENTO DE PENA EM REGIME MENOS RIGOROSO. MATÉRIA NÃO DEBATIDA NA ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ACÓRDÃO QUE CONFIRMA A DECISÃO INDEFERITÓRIA DA PROGRESSÃO DE REGIME. REQUISITO SUBJETIVO. EXAME CRIMINOLÓGICO DESFAVORÁVEL. DECISÃO FUNDAMENTADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

2. O pleito de transferência do paciente para estabelecimento prisional apto ao cumprimento de pena em

Superior Tribunal de Justiça

regime menos rigoroso não foi apreciado pelo Tribunal a quo, o que torna inviável a sua análise neste mandamus, sob pena de indevida supressão de instância, conforme reiterada jurisprudência desta Corte.

[...]

5. *Habeas corpus não conhecido*" (HC n. 317.224/PR, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 18/05/2016, grifei).

"[...] 1. Não debatida a matéria na instância ordinária, não cabe a este Superior Tribunal de Justiça inaugurar o enfrentamento da tese, sob pena de indevida supressão de instância.

[...]

6. *Ordem parcialmente concedida para reduzir as penas a 2 anos, 8 meses e 20 dias de reclusão e 12 dias-multa.*" (HC 400.229/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Nefi Cordeiro**, DJe 08/03/2018, grifei)

Ante o exposto, **não conheço do habeas corpus.**

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator